

PERSPETIVAS SOBRE O ENSINO DO LATIM EM PORTUGAL (ENSINO SECUNDÁRIO)

Fátima Margarida Mendes dos Reis de Sá Ferreira
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos – Universidade de Coimbra (CECH – UC)
titamargarida@gmail.com

ABSTRACT

In Portugal, as in most other western countries, the classical languages and cultures have lost their primacy of place in the school curriculum. The aim of this study is to provide a brief overview of the situation regarding the teaching of Latin in Portuguese secondary schools; to reflect upon the academic circumstances under which Latin is taught; and to make some specific suggestions regarding its instruction. A study was carried out in the academic year 2016-2017 that involved teachers and students of Latin A as well as the directors of the schools where the discipline was taught.

KEYWORDS

school curriculum; teaching of Latin; pedagogical options.

INTRODUÇÃO

Relegada para segundo plano, tornada opção por parte dos alunos e, em virtude disso, de difícil concretização por parte das escolas, a área das Línguas Clássicas, e concretamente a disciplina de Latim, tende a desaparecer da formação académica das novas gerações.

Diversos países do mundo ocidental têm assistido, nos últimos anos, a um desinvestimento nas áreas das humanidades nos seus sistemas de ensino. França, Espanha, Itália são alguns dos países que se incluem neste problema, apesar de, recentemente, se assistir a movimentos fortes, muitos deles já com reforço dos respetivos ministérios ou departamentos de educação, precisamente com o objetivo de revitalizar a presença das línguas clássicas nos sistemas de ensino.

Portugal vive, no contexto atual, uma situação muito frágil neste domínio. Disciplinas como a História e, no caso concreto, o Latim e o Grego têm sido preteridas das opções dos alunos do Ensino Secundário. Poucas são as escolas, no país, que oferecem aos seus alunos a opção do Curso de Línguas e Humanidades e, nos casos em que a oferta é efetiva, as disciplinas relativas às línguas clássicas não constam das opções apresentadas.

Tal facto afeta, no imediato, os jovens que cursam o Ensino Secundário, uma vez que, frequentemente, lhes é negada a possibilidade de opção da disciplina por razões incompreensíveis e pouco razoáveis – a inexistência de um docente da área ou a inexistência

de número mínimo de alunos para formar uma turma¹. Afeta também, conseqüentemente, o Ensino Superior, pois os alunos que decidem seguir a vertente dos Estudos Clássicos, ou outras áreas mais ou menos próximas², chegam à universidade, na maioria dos casos, sem contactar formalmente com o Latim ou o Grego. Como é óbvio, os cursos de formação de professores, nomeadamente na área do Português, são bastante afetados tendo em conta a origem da língua, a herança clássica na literatura portuguesa, como a mitologia ou os diversos *topoi* clássicos. Para obviar esta situação, as faculdades sentiram a necessidade de adaptar os seus *curricula*, criando disciplinas de iniciação a estas línguas e culturas.

Várias têm sido as vozes, de diversos quadrantes e espaços, a denunciar quer a situação europeia quer a situação nacional. Num artigo recente, Ordine refere que “os estudantes são desencorajados a escolher caminhos que não produzam recompensas tangíveis e ganhos imediatos. Pouco a pouco, a desafeição crescente pelo Latim e pelo Grego levará à anulação definitiva de uma cultura que nos mantém e que, indiscutivelmente, nutre o nosso saber”³.

E, de facto, muitas vezes, é esta a justificação encontrada – a inutilidade. A tendência do(s) sistema(s) educativo(s), que privilegia(m) um ensino pragmático voltado para a utilidade/funcionalidade imediata, priva os jovens do contacto com uma cultura milenar, que estruturou o pensamento ocidental e permite estabelecer elos com outras culturas também elas milenares.

A questão que nos move não é, de forma alguma, um posicionamento contra a ciência e a tecnologia. Mas uma sociedade empenhada em criar o bem-estar dos cidadãos requer a valorização de competências “ligadas às humanidades e às artes: a capacidade de pensar criticamente, a capacidade de transcender os compromissos locais e abordar as questões mundiais, como um «cidadão do mundo»; e, por fim, a capacidade de imaginar, com simpatia, a situação difícil em que o outro se encontra.”⁴. Ainda com referência ao mesmo autor, é de realçar que “a educação para o crescimento económico despreza essas áreas [artes e literatura] (...) porque elas não parecem conduzir ao progresso pessoal ou ao progresso da economia nacional”⁵.

SITUAÇÃO DO LATIM NO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO EM PORTUGAL

O problema não é recente. Em Portugal, apesar de, em 1947, o diploma legal de reforma do ensino liceal prever, no seu artigo 1.º, que este nível de ensino “revestirá ca-

¹ Recorde-se, neste ponto, o despacho do Ministério da Educação que agiliza a abertura de turma, mesmo não existindo o número mínimo de alunos estabelecido por lei – Despacho Normativo n.º 7-B/2015, “4 – O reforço nas disciplinas da componente de formação específica ou de formação científico-tecnológica, decorrente do regime de permeabilidade previsto na legislação em vigor, pode funcionar com qualquer número de alunos, depois de esgotadas as hipóteses de articulação e de coordenação entre estabelecimentos de ensino da mesma área pedagógica, mediante autorização prévia dos serviços do Ministério da Educação e Ciência competentes” (artigo 21º).

² São várias as áreas do saber cujos alunos beneficiariam do conhecimento da cultura e das línguas clássicas, desde os cursos que formam professores de língua materna e línguas modernas até ao Direito, à História, à Filosofia, entre outros.

³ M. Ordine, *A utilidade do inútil*, trad. de Luiz Carlos Bombassaro, Rio de Janeiro, 2016, 125-141.

⁴ M. Nussbaum, *Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades*, São Paulo, 2015, 4

⁵ M. Nussbaum, *Sem fins lucrativos...*, 5.

rácter simultaneamente humanista, educativo e de preparação para a vida”, passados poucos anos, começava a assistir-se a várias discussões sobre a subvalorização da disciplina de Latim. Segundo António Freire, o Latim era já considerado por muitos como “empresa irremediavelmente condenada a falência”⁶. Nesses debates, levantavam-se variadas questões, entre as quais a necessidade de diminuir o currículo, centrando-o em disciplinas mais voltadas para a inserção na vida ativa; discutia-se, também, o facto de os alunos passarem muito tempo na escola, alertando-se, inclusivamente, para questões de saúde.

Num estudo relativamente recente sobre a reforma liceal de 1947, encontra-se uma justificação para o facto de o Latim ter deixado de se assumir como uma disciplina base, argumentando que “A ideia de retirar uma disciplina, inscreve-se numa intenção governamental mais vasta, a de reduzir a extensão do plano de estudos e a carga horária dos liceus portugueses e, desta forma, os alunos poderem aplicar-se mais intensivamente nos conteúdos programáticos, obtendo um maior sucesso escolar. A decisão da redução do plano de estudos ter lugar à custa da abolição do Latim fica a dever-se ao facto de se pretender adaptar o ensino às novas exigências da sociedade, que passavam pela necessidade de incrementar o desenvolvimento tecnológico em ordem a permitir a industrialização do país. Sobrepõe-se à aprendizagem da língua latina o desejo, por um lado, de reforçar os conhecimentos científicos e, por outro, de melhorar a aprendizagem das línguas vivas, concretamente, incrementar o ensino do Inglês, o qual permitiria a formação/especialização de futuros quadros superiores, no estrangeiro ou por técnicos de outros países que se deslocassem a Portugal.”⁷

Volvidas sete décadas, constata-se que a evolução na argumentação não é visível e, como tal, os problemas mantêm-se. Portugal está, na atualidade, a assistir à pior crise que os Estudos Clássicos já viveram.

Os fundamentos referidos corroboram todos eles a ideia da inutilidade de uma disciplina cujo carácter transversal é inquestionável, mesmo para aqueles que não têm como objetivo o prosseguimento de estudos na área.

A par destes argumentos ideológicos e gerais, surgem questões mais relacionadas com a especificidade da disciplina e da sua didática.

No documento programático da disciplina de Latim, relativo ao ano letivo de 1974-1975, pode ler-se que “Com a revolução política e cultural operada no nosso país e a subsequente reformulação cultural, o programa de Latim deveria necessariamente ser sujeito a revisão”, numa discussão que questionava, por um lado, “métodos de ensino” e, por outro, “a própria validade cultural da disciplina em si”.

A problemática dos métodos tem sido abordada regularmente e os programas oficiais têm-se visto, ao longo dos tempos, na necessidade de justificar a importância da disciplina, como se pode observar nas duas citações que se seguem:

- “O Latim, com técnicas e métodos adequados, faculta-nos a compreensão da idiossincrasia histórica, cultural e linguística portuguesa e europeia, solicita-nos a reflexão crítica sobre os fenómenos da sociedade actual e de então e promove a sensibilização a valores humanísticos.” (Programa de Latim, 1995)
- “A disciplina de Latim é, pela especificidade da sua natureza (contacto com um passado cujos valores humanos são permanentes, reflexão sobre a língua

⁶ A. Freire, “A pedagogia do latim”, *Revista Portuguesa de Pedagogia* 2, 1961, 269-299. António Freire foi professor de Latim, autor de compêndios didáticos e dicionários de Latim e Grego.

⁷ A. Adão – M.J. Remédios, “Memória para a frente, e... o resto é lotaria dos exames. A reforma do ensino liceal em 1947”, *Revista Lusófona de Educação* 12, 2008, 57.

que obriga a uma melhor estruturação do pensamento e reforça a competência comunicativa, uma análise e uma reflexão que permitem o relacionamento de culturas e saberes), um pilar importante nessa construção do ser integral.” (Programa de Latim A, homologado a 22/02/2001)

A diversificação de políticas educativas tem sido uma constante. Hoje, como ontem, continua a insistir-se num ensino voltado para o pragmatismo imediato, privando os jovens, que amanhã assumirão o mercado de trabalho, do contacto com as fontes do pensamento ocidental, com a base de uma cultura, em cujos valores e princípios assenta toda a nossa história.

CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Com o objetivo de analisar a situação enunciada, realizou-se, no ano letivo de 2016/2017, um estudo que abrangeu alunos, professores e diretores de escolas ou de agrupamentos de escolas, cujo objetivo era conhecer a perspetiva dos intervenientes em relação à disciplina de Latim A em escolas públicas onde a oferta da disciplina estava concretizada.

O estudo teve por base um questionário com três versões a que responderam alunos, professores e diretores, respetivamente, de doze escolas (Portugal continental e Açores – S. Miguel), que representavam o universo de escolas públicas que, nesse ano letivo, contemplava o Latim na sua oferta formativa.

Neste artigo, a abordagem restringir-se-á apenas a algumas questões dos questionários dirigidos aos professores e aos alunos, antecipando-se já alguns dos resultados que constituem a parte empírica de um estudo mais alargado e que será parte integrante do trabalho de doutoramento⁸ que estamos a desenvolver.

Com o questionário dirigido aos professores, pretendia-se, entre outros objetivos, fazer o levantamento do número exato de turmas em que a disciplina de Latim era lecionada bem como o número total de alunos que as compunham, apurar os processos de pensamento implicados na planificação e na condução das aulas, conhecer os procedimentos didáticos que concretizam as aulas e perceber a importância que os docentes atribuem à disciplina no quadro do atual currículo.

Por sua vez, o questionário dirigido aos alunos tinha como objetivos principais: conhecer a sua perspetiva em relação à disciplina de Latim, especificamente as razões que os levam a escolher a disciplina e a relevância que lhe atribuem quer em termos de aplicação prática dos conteúdos quer em termos de aplicação futura.

RESULTADOS PRÉVIOS

Os dados que, de seguida, são apresentados, resultam de uma análise prévia aos questionários, que carece, contudo, de uma observação mais detalhada dos instrumentos envolvidos, cujo objetivo será dar origem a conclusões seguras e com implicações num futuro próximo na área da didática das línguas clássicas.

⁸ “Didática das Línguas Clássicas no Ensino Secundário em Portugal”, orientada por Cláudia Cravo, José Luís Brandão e Maria Helena Damião (em curso, registada a 7 de janeiro de 2016).

As questões colocadas eram de resposta fechada ou de resposta restrita, havendo, no entanto, espaço para os inquiridos poderem acrescentar alguma informação que considerassem pertinente.

Apesar de prévia e parcial, esta análise permite já alguns pontos de discussão bem como algumas implicações na investigação, nas políticas educativas e na reflexão que há a fazer com os professores e outros agentes educativos empenhados na aprendizagem desta componente educativa, central em termos linguísticos e civilizacionais.

Dos professores inquiridos, constata-se que todos pertencem aos quadros do Ministério da Educação e o tempo de serviço mínimo se situa nos 14 anos.

Relativamente à formação inicial, as instituições correspondem às universidades de Coimbra, Lisboa, Aveiro e Braga.

Apenas três dos docentes lecionavam exclusivamente a disciplina de Latim. Os restantes professores completavam o seu horário letivo com turmas de Português. Sesenta por cento das turmas de Latim em que lecionavam tinham menos de 10 alunos.

Este número de alunos é elucidativo de algumas das afirmações que se apresentaram na introdução, comprovando o facto da disciplina em análise estar a passar por uma situação de descreditação no panorama do Ensino Secundário em Portugal.

No que diz respeito à situação profissional dos docentes, pode concluir-se que nos concursos externos de colocação de professores não têm sido contempladas vagas específicas para o grupo de docência 310 (Latim e Grego). As escolas, sempre que têm essa necessidade, recorrem aos quadros internos, na maior parte das vezes com docentes do grupo 300 (Português). Este aspeto tem sido desanimador para aqueles que fizeram, e vão fazendo, a sua formação na área dos Estudos Clássicos.

No que diz respeito aos dados obtidos através dos inquéritos dirigidos aos alunos, conclui-se que cerca de 26% dos alunos pretendia seguir a área do Direito, ao passo que cerca de 22% ainda não tinha uma área definida.

Dos alunos inquiridos, 44% reconhece ter sido influenciado pelos professores na escolha da disciplina e apenas 16% afirma ter tido conhecimento da oferta através da escola.

Neste ponto, será oportuno refletir, tal como se sugere já neste texto, acerca da importância de as escolas adotarem medidas concretas relativamente à oferta da disciplina de Latim A para os alunos que optam pela via de Línguas e Humanidades. Uma vez que a disciplina é parte integrante da oferta curricular, urge que as escolas a apresentem como efetiva, mostrando aos alunos e respetivos encarregados de educação que a sua presença na formação dos jovens é imprescindível em muitas áreas, mas, sobretudo, em todas aquelas que se relacionam com as ciências sociais e humanas. Se apenas 16% dos alunos afirma ter tido conhecimento da disciplina pela escola, percebe-se que o caminho a fazer na sua divulgação é ainda muito longo.

Os próprios professores constituem, muitas vezes, uma barreira quer por não darem a conhecer a disciplina e as suas vantagens quer por se acomodarem na rotina, argumentando que já não lecionam a língua latina há muito tempo, não se disponibilizando a investir novamente nesta área.

Para além destas informações de carácter mais indicatório, o estudo colocava duas questões concretas que servem de base à análise seguinte. Estas duas questões integravam os dois questionários em análise – alunos e professores – e, como tal, optou-se por apresentá-las, bem como as respetivas respostas, num quadro único para possibilitar uma análise paralela.

Ambas as questões previam cinco opções de resposta, que variavam entre o “discordo totalmente” e “concordo totalmente”.

A opção pela disciplina de Latim A foi motivada por...	Prof.	Alunos
a) terem conhecimento em aprender uma língua nova.	30%	46%
b) considerarem que o Latim contribui para as aprendizagens noutras disciplinas.	40%	40%
c) pensarem que o Latim pode ser útil para o percurso profissional.	40%	8%
d) acharem que contribui para o seu enriquecimento pessoal.	50%	5%

Quadro 1

A análise das respostas a esta questão conduz a investigação a um aspeto muito interessante: os professores reconhecem que os alunos manifestam curiosidade pela língua latina (alínea a)), no entanto, na opinião dos docentes, o facto que terá motivado a opção pela língua prende-se com o seu contributo para o enriquecimento pessoal (alínea d)). As restantes opções (alíneas b) e c)) obtiveram 40% da concordância dos docentes.

Pode concluir-se que, na opinião dos inquiridos, o Latim, ao contrário das vozes discordantes, tem uma utilidade prática concreta e contribui para o desenvolvimento de uma base cultural estável que permite o acesso pleno a toda a literatura ocidental, por exemplo, impregnada de referências clássicas.

No que diz respeito aos alunos, constata-se que a opção mais selecionada foi, ao contrário das respostas dos professores, a alínea a), seguida da alínea b), coincidindo com as respostas dos professores, 40%. Partindo desta constatação, urge, pois, que as escolas saibam aproveitar este dado e transformá-lo na possibilidade de inclusão do Latim nas opções efetivas do Curso de Línguas e Humanidades. Quando se refere as escolas, alude-se, muitas vezes, os próprios professores, sendo eles um importante motor para o despertar da curiosidade dos alunos, por exemplo, nas aulas de Português, mas também em atividades de complemento curricular e nas diversas interações do quotidiano escolar, onde o Latim e a cultura clássica marcam presença constante.

Na sua opinião, aprender Latim pode ser importante para...	Prof.	Alunos
um melhor conhecimento da língua materna.	100%	40%
o estudo das Ciências Humanas e Sociais (História, Sociologia, ...).	60%	21%
o estudo de Ciências Físicas e Naturais (Biologia, Física, Matemática, ...).	30%	8%
o estudo da Filosofia.	50%	5%
o estudo das Artes.	30%	3%

Quadro 2

Pela análise às respostas a esta segunda questão, pode concluir-se que a concordância relativamente ao primeiro cenário é muito significativa no que respeita ao reconhecimento do contributo do Latim em relação à língua portuguesa.

Os dados obtidos não são surpreendentes, vêm, com efeito, corroborar as opiniões de todos aqueles que consideram que o estudo da língua portuguesa deve ser acompanhado pelo estudo da língua latina. O legado lexical, semântico e etimológico que o Latim transmite ao Português justifica a estreita ligação entre as duas línguas. Como tal, o processo de ensino-aprendizagem da língua materna beneficia incontestavelmente dos conhecimentos provenientes do Latim, sob pena de se perderem as justificações e explicações plausíveis e comprovadas que permitem um conhecimento pleno e abrangente de todas as vertentes da língua.

Tal concordância conduz-nos a uma reflexão: se a comunidade escolar, aqui representada por dois eixos estruturantes, reconhece que aprender Latim é um contributo marcante para o domínio do Português, por que razão a disciplina não tem uma visibilidade maior? Por que razão o Latim não devia ser uma das disciplinas específicas para o acesso a determinadas áreas do Ensino Superior, como os cursos de línguas e literaturas (modernas ou clássicas), de História, de Arqueologia, por exemplo?

EM SÍNTESE

Esta problemática aqui retratada, e que tem sido debatida nos últimos tempos em colóquios, congressos e outras reuniões científicas, não é fácil de ser ultrapassada. Criticam-se, por um lado, os métodos, talvez a justificação mais fácil, mas, por outro lado, o empenho de todos os que podiam efetivamente contribuir para uma alteração de pensamento e ação não é visível.

A argumentação de outrora continua presente e atual, basta recordar as palavras de António Freire, "... o primeiro passo a dar numa esclarecida pedagogia do ensino do latim, deve ser esta: convencerem-se os mestres e convencerem os alunos, que não se trata de uma língua morta. O mínimo que se pode dizer do latim, é que é uma língua como qualquer outra: nela se exararam algumas das obras mais célebres no domínio da arte e do pensamento. Língua viva, que nunca cessou de ser falada e escrita, cumpre ensiná-la e aprendê-la como se ensinam e aprendem as demais línguas: falando-a e escrevendo-a."⁹

O nosso estudo ambiciona traçar algumas implicações concretas na valorização efetiva do ensino do Latim. A alteração na metodologia de ensino/aprendizagem é, provavelmente, um dos pontos mais sensíveis. A aprendizagem do Latim carece de uma maior aproximação da aprendizagem das línguas ditas modernas, quer através de estratégias semelhantes de exploração textual, quer através de estratégias de aquisição de vocabulário ou da interação oral. E, neste ponto, recordamos, uma vez mais as palavras de António Freire, "Uma das causas principais da antipatia que os alunos nutrem pelo latim, deriva da falta de visão humanística de muitos professores, que transformam as aulas em simulacros de operações anatómicas, onde todo o trabalho se reduz a dissecar, a extrair raízes, a analisar frases e a formular regras gramaticais."¹⁰

No entanto, estas alterações só poderão verificar-se se existir um comprometimento dos agentes de ensino, professores, alunos, pais, diretores, governantes, ou seja, uma responsabilização da sociedade em geral que seja capaz de gerar ações concretas que se traduzam na presença assídua e marcante do Latim no panorama das opções do Ensino Secundário.

⁹ A. Freire, "A pedagogia do latim", 272-273.

¹⁰ A. Freire, "A pedagogia do latim", 278.

BIBLIOGRAFIA

- A. Adão – M. J. Remédios, “Memória para a frente, e... o resto é lotaria dos exames. A reforma do ensino liceal em 1947”, *Revista Lusófona de Educação* 12, 2008, 41-64
- J. Amarante, “O professor e o método: papéis, diálogos e dilemas”, *Estudos Linguísticos e Literários* 48, 2013, 62-90
- A. Camps, “La investigación en didáctica de la lengua en la encrucijada de muchos caminos”, *Revista Iberoamericana de educación*, 59, 2012, 23-41
- A. Camps, “Didáctica de la lengua: la emergencia de un campo científico específico”, *Infancia y Aprendizaje*, 62-63, 1993, 209-217
- A. Freire, “A pedagogia do latim”, *Revista Portuguesa de Pedagogia* 2, 1961, 269-299
- M.T. Freire, “Aprender Latim hoje: otium na negotium?”, *Colóquio Clássico – Actas*, 1997, 189-201
- M.T. Freire, “O Latim no Ensino Secundário, Língua e Cultura-Reflexão para uma Didáctica”, *Boletim de Estudos Clássicos* 21, 1994, 61-64
- L.S. Gomes, “Lugar e necessidade do Latim no currículo liceal”, *Colóquio sobre o Ensino do Latim. Actas*, 1973, 51-63
- P. Kanginsler, “Europa latina y el multiculturalismo”, *Thamyris* 7, 2016, 75-96
- R. Lauriola, “The Challenging of teaching the value of classics today: The «children at the university» project. Paths Toward the future and pedagogical matters”, *Thamyris* 3, 2012, 3-69
- G.L. Lerma – A. Ambròs, “Enseñanza de la lengua latina: resultados preliminares sobre las ventajas e inconvenientes en el empleo de diferentes metodologías”, *Methodos* 3, 2016, 67-105
- M. López López, “Algunas observaciones sobre didáctica universitaria del latín para «latinoresistentes»”, *Annals de l’Institut d’Estudis Gironins* 31, 1990, 297-306
- M. Nussbaum, *Sem fins lucrativos. Por que a democracia precisa das humanidades*, São Paulo, 2015
- M. Ordine, *A utilidade do inútil*, trad. de Luiz Carlos Bombassaro, Rio de Janeiro, 2016, 125-141
- M.C. Pimentel, “Cultura Clássica – Factor de união ou de desunião?”, *Classica* 19, 1993, 5-10
- J.M. Quintana Cabanas, “Crítica pedagógica de los sistemas educativos occidentales”, *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, v. 13, 46, 2005, 55-66
- J.M. Quintana Cabanas, “Una Crítica a los actuales sistemas educativos”, *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Extra-Série, 2011, 113-123
- M. Young, “The future of education in a knowledge society: the radical case for a subject-based curriculum”, *Pacific-Asian Education* 22, 2010, 21-32